



**PROGRAMAÇÃO**  
**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**  
**Curso de Formação em Justiça Restaurativa**

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b> Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargadora Cristina Tereza Gaulia Mandato do Diretor: 05/02/2021 a 05/02/2023		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>De 12 de setembro a 27 de outubro de 2022</b>		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	<b>Dias 31/10 e 04, 07 e 11/11 das 09h às 13h e de 14h às 18h.</b>		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b> <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada;	<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas
<b>MODALIDADE</b>	Presencial	<b>Nº DE VAGAS</b>	25
<b>LOCAL</b>	Sala de aula 311 e Plataforma Moodle – para leituras e avaliações		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ e de outros tribunais.		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Categorias tradicionais do sistema de Justiça Convencional em contraste com o sistema de Justiça Restaurativa. Raízes restaurativas (I): abolicionismo penal. Raízes restaurativas (II): informalização da justiça e democracia. Raízes restaurativas (III): vitimologia. Raízes do pensamento punitivista brasileiro. Crítica da pena e Justiça Restaurativa. É possível uma Justiça Restaurativa anti-hegemônica no Brasil? Uma análise crítica a partir de achados empíricos sobre o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. Justiça Restaurativa e Violência Doméstica		
<b>TEMAS GERAIS</b>			
<b>EIXOS E SUBEIXOS</b>	<b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b> Temas de Direito Constitucional; Temas de Direito Civil; Temas em Direito Penal; Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação;  <b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b> Direito Sistêmico; Justiça Restaurativa; Conciliação, arbitragem e meios adequados de resolução de disputas		
<b>JUSTIFICATIVA</b>	A Justiça Restaurativa, como caminho para a autocomposição em conflitos criminais, gênese da República e cânone do atual sistema processual brasileiro, além das formações negociais ou teóricas, demanda uma perspectiva de maior compreensão do conflito, devendo ser apresentado ao ensinando perspectivas		

	<p>que instiguem seus conceitos arraigados e proponham visões desafiadoras da prática.</p> <p>A formação crítica em justiça restaurativa permite que esse modelo de administração de conflitos seja pensado, projetado e aplicado a partir da realidade brasileira e latino-americana, desde uma perspectiva interdisciplinar, em que os sujeitos possam construir, em cada caso, o que entendem por <i>justiça</i>.</p>
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Os magistrados estarão aptos a participar ativamente de processos de implementação de Justiça Restaurativa em diferentes âmbitos sociais, por uma perspectiva crítica e emancipatória e construir aberturas normativas para a sua aplicação no cotidiano forense.
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>	
<b>COORDENAÇÃO E TUTORIA</b>	<p><b>Coordenador e Tutor:</b>  <b>André Felipe Alves da Costa Tredinnick</b>          Juiz de direito do TJRJ. Mestre em Saúde Pública pela ENSP-FIOCRUZ. Membro do Comitê Gestor de Política da Justiça Restaurativa do TJRJ          Possui Formação de Formadores ENFAM.          Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/3594482709417467">http://lattes.cnpq.br/3594482709417467</a></p>
<b>DOCENTES</b>	<p><b>1. André Felipe Alves da Costa Tredinnick</b>          Juiz de direito do TJRJ. Mestre em Saúde Pública pela ENSP-FIOCRUZ. Membro do Comitê Gestor de Política da Justiça Restaurativa do TJRJ          Possui Formação de Formadores ENFAM.          Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/3594482709417467">http://lattes.cnpq.br/3594482709417467</a></p> <p><b>2. Letícia D’Aiuto de Moraes Ferreira Michelle</b>          Juíza de direito do TJRJ. Mestre pela Fiocruz. Possui Formação de Formadores ENFAM.          Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/2125008528828474">http://lattes.cnpq.br/2125008528828474</a></p> <p><b>3. Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz</b>          Juíza de direito do TJRJ. Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP - FIOCRUZ). Pesquisadora Colaboradora do Laps Fiocruz-Laboratório de Atenção Psicossocial. Possui Formação de Formadores ENFAM.          Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/6693092833300880">http://lattes.cnpq.br/6693092833300880</a></p> <p><b>4. Daniel Silva Achutti</b></p>

Mestre e Doutor em Ciências Criminais pela PUCRS. Advogado criminalista. Professor da Escola JR Crítica e Pesquisador da PUCRS.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4216504259102555>

#### **5. Raffaella da Porciuncula Pallamolla**

Mestre em Criminologia e Execução Penal pela Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha. Mestre em Ciências Criminais e Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS. Advogada criminalista. Professora da Escola JR Crítica e da Unilasalle/RS.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9298767854135130>

#### **6. Lucia Mothe Glioche**

Juíza de Direito do TJRJ. Mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho. Possui Formação de Formadores ENFAM.

#### **7. Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt**

Doutora em Criminologia pela Universidade de Oxford. Professora da Universidade Católica de Pernambuco. Link para o Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9453548142022203>

#### **8. Luciano Goes**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Direito na Universidade de Brasília. Advogado.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6620359831455900>

#### **9. Adriana Ramos de Mello**

Juíza titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005), Mestrado em Criminologia pela Universidade de Barcelona, Espanha (2011) e Doutorado em Direito Público e Filosofia Juridicopolítica pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2015). Possui Formação de Formadores ENFAM.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2428825343258859>

#### **10. Katerine Jatahy Kitsos Nygaard**

Juíza de Direito em exercício no VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Mestranda em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (UPT), Especialista em Gênero e Direito pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ). Possui Formação de Formadores ENFAM.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6701629895443088>

<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aula expositiva dialogada, como forma de sintetizar e organizar os conceitos trabalhados e discutidos em até 30 minutos de exposição.</li> <li>2. Debates estabelecidos a partir de casos a serem analisados e debatidos em pequenos grupos, consoante regras construídas e acordadas entre alunos e docentes.</li> <li>3. Phillips 66</li> <li>4. Sala de aula invertida</li> <li>5. Aprendizagem baseada em problemas</li> <li>6. Diário de Aula</li> <li>7. Abordagem Temática Freiriana</li> </ol> <p>Materiais que serão utilizados nas atividades propostas:  Power point  Quadro branco  Equipamento para exposição de vídeos  Mesas e cadeiras soltas</p>
<p><b>PROGRAMAÇÃO</b></p>	
<p><b>DIA 31/10</b></p> <p><b>AULA 1</b></p> <p><b>DAS 9H ÀS 13H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>O que é Justiça Restaurativa?</b>  <b>Ementa:</b> As categorias tradicionais do sistema de Justiça Convencional em contraste com o sistema de Justiça Restaurativa.</p> <p><b>Docente:</b> Daniel Achutti e Raffaella Pallamolla.  <b>Debatedores:</b> André Tredinnick e Isabel Tereza Pinto Coelho Diniz.</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> As vítimas; Os acusados/ofensores; A comunidade; O crime (?); A justiça (!).</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> Estudo de Caso - Elaboração de círculo de cultura. Exposição dialogada (1h30min); método do estudo de caso (divisão da turma em grupos, discussão e preparação - 1h30min); Sistematização e debate (1 hora).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b>  Zehr, Howard. Trocando as lentes – Justiça Restaurativa para o nosso tempo. Palas Athena, São Paulo, 2008, capítulo X.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b>  WALGRAVE, Lode. Imposição da restauração no lugar da dor: reflexões sobre a reação judicial ao crime. In: Slakmon, Catherine; Machado, Máira Rocha; Bottini,</p>

	<p>Pierpaolo Cruz (Orgs.). Novas direções na governança da justiça e da segurança. Brasília, Ministério da Justiça, 2006.</p> <p>MANSO, Bruno Paes e DIAS, Camila Nunes. A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Ed. Todavia, 2018.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b> Podcast: Crime e Castigo – Episódio 1. Justiça seja feita. BRANCA, Vianna, Thomson-DeVEAUX, Flora e SCARPIN, Paula. Rio de Janeiro, Rádio Novelo, Disponível em <a href="https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/">https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/</a>, publicado em 02/04/2022, às 03:01.</p>
<p><b>DIA 31/10</b></p> <p><b>AULA 2</b></p> <p><b>DAS 14H ÀS 18H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>Racismo e direito penal no Brasil.</b> <b>Ementa:</b> Raízes do pensamento punitivista brasileiro.</p> <p><b>Tema: Racismo estrutural</b> <b>Docente:</b> Luciano Goes <b>Debatedora:</b> Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz.</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Racismo. Racismo estrutural. O racismo como base estruturante do pensamento criminológico brasileiro. A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues.</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> Sala de aula invertida. Diálogo a partir dos textos propostos, apresentados pelos estudantes (2h30min); debate sobre as conclusões dos estudantes (1h30min).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> DIETER, Maurício Stegemann. Política Criminal Atuarial: a criminologia do fim da História. Rio de Janeiro: Revan, 2013. MILLS, Charles W. The Racial Contract. Cornell University Press. Pags. 1 a 40.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b> Vídeo: Congresso Internacional de Justiça Restaurativa - Discursos Dominantes e Caminhos de Resistência e Potências. São Paulo, Comissão JR OAB-SP, Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Ryf-cTAFJcc">https://www.youtube.com/watch?v=Ryf-cTAFJcc</a>, publicado em 12/07/2021.</p>
<p><b>DIA 04/11</b></p> <p><b>AULA 3</b></p> <p><b>DAS 9H ÀS 13H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>Justiça Restaurativa e Democracia.</b> <b>Ementa:</b> Raízes restaurativas (II): informalização da justiça e democracia.</p> <p><b>Docente: Raffaella Pallamolla</b> <b>Debatedoras:</b> Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz, Letícia D’Aiuto Michelle.</p>

	<p><b>Conteúdo programático:</b> O que é democracia. Justiça penal e democracia. Justiça penal e justiça restaurativa. A democracia enquanto método de construção da justiça.</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> Diário de Aula (Bell Hooks): os alunos anotam parágrafos durante a aula e comentam suas anotações no momento da dinâmica. Exposição dialogada (1h30min); caso para análise e estudo (divisão da turma em grupos, discussão e preparação - 1h30min); apresentação e debate sobre as conclusões dos grupos (1 hora).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b>  ACHUTTI, Daniel. PALLAMOLLA, Raffaella. Justiça criminal e justiça restaurativa: possibilidades de ruptura com a lógica burocrático-retribucionista. In: Sistema Penal &amp; Violência, vol. 6, n. 1, 2014.  ANITUA, Gabriel. Juicio por jurados y la democracia en Argentina. In: MACHADO, Bruno Amaral (org.). Justiça criminal e democracia. São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2013.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b>  ACHUTTI, Daniel. PALLAMOLLA, Raffaella. Levando a justiça restaurativa à sério: análise crítica de julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. In: Revista REDES, vol. 5, n. 2, 2017.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b>  Podcast: Crime e Castigo – Episódio 3. BRANCA, Vianna, Thomson-DeVEAUX, Flora e SCARPIN, Paula. Rio de Janeiro, Rádio Novelo, Disponível em <a href="https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/">https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/</a>, publicado em 02/04/2022.</p>
<p><b>DIA 04/11</b></p> <p><b>AULA 4</b></p> <p><b>DAS 14H ÀS 18H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>Vitimologia e Justiça Restaurativa.</b></p> <p><b>Ementa:</b> Raízes restaurativas (III): vitimologia.</p> <p><b>Tema: Vitimologia e Justiça Restaurativa</b></p> <p><b>Docente:</b> Lucia Glioche</p> <p><b>Debatedoras:</b> Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz, Letícia lucMichelle.</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Vitimologia. Quem são as vítimas. O que a justiça criminal (não) pode oferecer às vítimas. O papel da vítima na justiça restaurativa.</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: dinâmica em grupo pelo método Phillips 66, a partir de caso concreto (30 min). Exposição dialogada (1h); caso para análise e estudo (1h30min); apresentação e debate sobre as conclusões dos grupos (1 hora).</b></p>

	<p><b>Leitura obrigatória:</b> MELLO, Marília Montenegro Pessoa; ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca; MEDEIROS, Carolina Salazar L'Armée Queiroga. O Que Pensam as Juízas e os Juizes sobre a Aplicação da Lei Maria da Penha: um princípio de diálogo com a magistratura de sete capitais brasileiras. In: Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, 2018.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b> MELLO, Marília Montenegro Pessoa; ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca; MEDEIROS, Carolina Salazar L'Armée Queiroga. Para além do mundo jurídico: um diálogo com as equipes multidisciplinares de Juizados (ou Varas) de Violência Doméstica. In: REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, 2021.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b> Podcast: Crime e Castigo – Episódio 4. BRANCA, Vianna, Thomson-DeVEAUX, Flora e SCARPIN, Paula. Rio de Janeiro, Rádio Novelo, Disponível em <a href="https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/">https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/</a>, publicado em 02/04/2022.</p>
<p><b>DIA 07/11</b> <b>AULA 5</b> <b>DAS 9H ÀS 13H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>Justiça restaurativa e abolicionismo penal.</b> <b>Ementa:</b> Raízes restaurativas (I): abolicionismo penal.</p> <p><b>Docente:</b> Daniel Achutti <b>Debatedora:</b> Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz.</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Abolicionismo penal. Simplificação da percepção do ser humano pela lei penal moderna. Inexistência ontológica do crime. Reformas penais no Brasil. A justiça restaurativa desde uma perspectiva crítica.</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> Aprendizagem baseada em problemas. Exposição dialogada (1h30min); caso para análise e estudo (divisão da turma em grupos, discussão e preparação - 1h30min); apresentação e debate sobre as conclusões dos grupos (1 hora).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> <i>“Combinar justicia restaurativa con retributiva es un pensamiento imposible”.</i> Entrevista com Nils Christie. In: Revista Derecho Penal. Año I, N° 3, 2012. ACHUTTI, Daniel. Abolicionismo penal e justiça restaurativa: do idealismo ao realismo político-criminal. In: Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, vol. 15, n. 1, 2014.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b> CARVALHO, Salo; ACHUTTI, Daniel. Justiça Restaurativa em Risco: a crítica criminológica ao modelo judicial brasileiro. In: Revista Sequência, v. 42, n. 87, 2021.</p>

	<p>GIAMBERARDINO, André Ribeiro. O confisco do conflito na historiografia penal. In: Revista Redes, v. 6, 2018.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b> Podcast: Crime e Castigo – Episódio 2. BRANCA, Vianna, Thomson-DeVEAUX, Flora e SCARPIN, Paula. Rio de Janeiro, Rádio Novelo, Disponível em <a href="https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/">https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/</a>, publicado em 02/04/2022.</p>
<p><b>DIA 07/11</b></p> <p><b>AULA 6</b></p> <p><b>DAS 14H ÀS 18H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>O Germinal da Justiça Restaurativa: pensamentos insurgentes.</b> <b>Ementa:</b> Crítica da pena e Justiça Restaurativa: em busca de uma fundamentação filosófica da não-violência.</p> <p><b>Tema: Justiça Restaurativa e os sentidos da justiça</b> <b>Docente:</b> André Tredinnick <b>Debatedora:</b> Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz.</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Em busca de um “pensar sem medo” sobre Justiça Restaurativa. Pesquisas empíricas do sistema de Justiça Convencional e da Justiça Restaurativa.</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> <i>Abordagem Temática Freiriana.</i> Exposição dialogada (1h30min); caso para análise e estudo (divisão da turma em grupos, discussão e preparação - 1h30min); apresentação e debate sobre as conclusões dos grupos (1 hora).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> <u>TREDINNICK, André Felipe Alves da Costa</u> ; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. O sistema de justiça biologizante-mecanicista na hermenêutica poético-linguística. SAÚDE EM DEBATE, v. 43, p. 126-139, 2019, disponível em <a href="https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JZLzwhrHtnBZyrvMHBqgV5s/?lang=pt&amp;format=pdf">https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JZLzwhrHtnBZyrvMHBqgV5s/?lang=pt&amp;format=pdf</a>. SILVA, Márcio Rosa da. O Sistema de Justiça Ingarikó: etnografia, estudos e análises / Márcio Rosa da Silva. – 2020, <u>pág. 130-156</u>, disponível em <a href="https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39374/1/TESE%20M%c3%a1rcio%20Rosa%20da%20Silva.pdf">https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39374/1/TESE%20M%c3%a1rcio%20Rosa%20da%20Silva.pdf</a></p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b> DONOSO, Gina. Inter-American Court of Human Rights’ reparation judgments. Strengths and challenges for a comprehensive approach. Disponível em <a href="file:///C:/Users/User/Desktop/InterAmerican%20Court%20of%20Human%20Rights%E2%80%99%20reparation%20judgments.pdf">file:///C:/Users/User/Desktop/InterAmerican%20Court%20of%20Human%20Rights%E2%80%99%20reparation%20judgments.pdf</a> TREDINNICK, André Felipe Alves da Costa. Desassossegos atuais sobre o humanismo: uma contribuição de Martin Heidegger. ARETÉ - International Journal of Philosophy, Human &amp; Social Sciences, Roma, vol. 6, 2021, p. 103-120, - ISSN 2531-6249.</p>



	<p>_____ . A Justiça que adocece e a que cura: os sistemas de justiça restaurativa e convencional na determinação social do processo saúde-doença. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b> Podcast: Crime e Castigo – Episódio 5. BRANCA, Vianna, Thomson-DeVEAUX, Flora e SCARPIN, Paula. Rio de Janeiro, Rádio Novelo, Disponível em <a href="https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/">https://www.radionovelo.com.br/crimeecastigo/</a>, publicado em 02/04/2022.</p>
<p><b>DIA 11/11</b> <b>AULA 7</b> <b>DAS 9H ÀS 13H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p>	<p><b>Que Justiça Restaurativa queremos no Brasil?</b></p> <p>Ementa: É possível uma Justiça Restaurativa anti-hegemônica no Brasil? Uma análise crítica a partir de achados empíricos sobre o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro.</p> <p><b>Tema:</b> Riscos e Potencialidades da Justiça Restaurativa no Brasil.</p> <p><b>Docente:</b> Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt</p> <p><b>Debatedora:</b> Isabel Tereza Pinto Coelho Diniz.</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Que vítimas batem na porta da Justiça Criminal brasileira? Qual o perfil dos acusados? De que tipos penais estamos falando? O que as vítimas esperam do processo penal e o que elas efetivamente experimentam ao longo dele? E seria a Justiça Restaurativa uma saída no Brasil? Reflexões sobre o tipo de Justiça Restaurativa que queremos.</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> Exposição dialogada (1h30min); Uso do método ativo Pensar-Emparelhar-Compartilhar (Think-Pair-Share) (1h30); Sistematização e debate (1 hora).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> FARIAS, Kennedy Anderson Domingos de e ROSENBLATT, Fernanda Fonseca. E Cadê “Raça” Nos Discursos Restaurativos? Críticas às Branquitudes do Movimento Restaurativo Internacional. - Narrativas Restaurativas Libertárias Ensaios Sobre Potências e Resistência ESA OAB São Paulo. Dezembro, 2021. ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de e MEDEIROS, Carolina Salazar L’Armée Queiroga de. Quem São Elas e o Que Elas</p>

	<p>Dizem? Representações das Mulheres Usuárias dos Juizados (ou varas) de Violência Doméstica em Seis Capitais Brasileiras. - Revista Brasileira de Ciências criminais, Vol. 146/2018, Págs. 329-371, Agosto/2018.</p>
<p><b>DIA 11/11</b> <b>AULA 8</b> <b>DAS 14H ÀS 18H</b></p> <p><b>CH: 4 HORAS</b></p> <p><b>TOTAL: 32 HORAS PRESENCIAIS</b></p>	<p><b>Justiça Restaurativa e Violência Doméstica</b> <b>Ementa:</b> A temática da Justiça Restaurativa e da Violência Doméstica. O fim do futuro da justiça penal no Brasil?</p> <p><b>Tema: Justiça Restaurativa e Violência Doméstica</b> <b>Docentes:</b> Adriana Ramos Melo, Daniel Achutti, André Tredinnick e Katerine Jatahy Kitsos Nygaard.</p> <p><b>Debatedora:</b> Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz</p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Discutir as dimensões do sistema de Justiça Criminal na violência doméstica e os caminhos da Justiça Restaurativa. Justiça restaurativa no Brasil. Riscos, desafios e potencialidades. O papel do Judiciário para o desenvolvimento da Justiça restaurativa: intervir para controlar ou fomentar o livre desenvolvimento?</p> <p><b>Metodologia e Avaliação de aprendizagem:</b> Aprendizagem baseada em problema. Exposição dialogada (1h30min); caso para análise e estudo (divisão da turma em grupos, discussão e preparação - 1h30min); apresentação e debate sobre as conclusões dos grupos (1 hora).</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> MELLO, Adriana Ramos de. <i>Feminicídio - Uma Análise Sociojurídica da Violência Contra a Mulher no Brasil</i>, 3ª ed. Rio de Janeiro, GZ, 2020.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b> CARVALHAL, Maysa. <i>Justiça Restaurativa em crimes de violência doméstica: por uma práxis decolonial a partir do feminismo não-carcerário</i>. Editora Dialética, São Paulo, 2020, parte III.</p> <p><u>ANDRADE, Vera Regina Pereira de.</u> <i>A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal</i>. 3ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. v. 1.</p> <p>_____. <i>Sistema penal máximo x Cidadania mínima</i>. 2ª. ed., 2015. v. 1.</p> <p>Conselho Nacional de Justiça (CNJ). <i>Pilotando a Justiça Restaurativa: o papel do Poder Judiciário</i>. Brasília: CNJ, 2018.</p> <p><b>Material complementar de aprofundamento:</b> Podcast: Praia dos Ossos – Episódio 2 (“O Julgamento”). BRANCA, Vianna, Thomson-DeVEAUX, Flora. Rio de Janeiro, Rádio Novelo, Disponível em</p>

	<p><a href="https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/o-julgamento">https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/o-julgamento</a>, publicado em 2019.</p> <p>Vídeo: É Nossa História - Ep. 5 - Justiça Restaurativa, 2018, disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=0o3iLADaJXc">https://www.youtube.com/watch?v=0o3iLADaJXc</a></p>
<p><b>ATIVIDADES NO AVA</b></p> <p><b>14 A 18/11</b></p> <p><b>CH: 8 HORAS</b></p>	<p>Estudo do material complementar (disponibilizado na plataforma)</p> <p>Estudo de caso para avaliação final</p> <p>Registro Reflexivo</p> <p>Avaliação das Aulas</p> <p>Avaliação de Reação</p>
<p><b>AVALIAÇÃO</b></p> <p><b>(Total 100 pontos)</b></p>	<p>Participação ativa nos encontros presenciais: 40 pontos (5 pontos por aula)</p> <p>Estudo de caso final: 60 pontos</p>
<p><b>CERTIFICAÇÃO</b></p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

## INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a

ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens [deama.emerj@tjrj.jus.br](mailto:deama.emerj@tjrj.jus.br)